


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001483-77.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**  
 Requerente: **ANDRE LUIZ DA FONSECA**  
 Requerido: **BANCO SANTANDER SA**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Narra o autor, em sua inicial requerendo repetição de valores e indenização por danos materiais e morais, que notou a falta de R\$10.540,00 em sua conta bancária. Contatou o banco e informou não ter feito os saques, assim como nenhum familiar seu, o que poderia ser demonstrado por filmagens das câmeras de segurança. Assim, busca a devolução dos valores e danos morais.

Em contestação o banco afirmou que foi o autor quem realizou os saques em caixa eletrônico, por meio de cartão com chip, senha e chave de segurança (fl. 20). Ainda, disse inexistirem danos morais.

Conciliação infrutífera (fl. 113). Nessa audiência, realizada em 17/06/2015, foi determinada a juntada, pelo banco, no prazo de 20 dias, das filmagens do momento dos saques.

Em nova tentativa de conciliação (Semana Nacional de Conciliação), as partes requereram o julgamento no estado (fl. 129).

É o relatório.

Decido.

Não há dúvidas quanto aos saques na conta do autor, demonstrados pelos extratos de fls. 08/10 e pelo relatório de fls. 115/116.

Além disso, o autor registrou Boletim de Ocorrência (fls. 11/12) dando conta de suposta fraude, o que é mais um elemento que pesa em seu favor.

De seu turno, o banco, com a simples obrigação de juntar as imagens dos momentos dos saques, devidamente indicados às fls. 115/116, determinação essa que veio em 17/06/2015 (fl. 113), nada fez até este momento (03/01/2016), o que dispensa comentários.

Era obrigação da instituição financeira a prova de que os saques foram feitos pelo autor, ou por alguém a seu mando; como quedou-se inerte, os argumentos da inicial devem ser tidos por verídicos, sendo o caso de se devolver a quantia de R\$10.550,00 – fl. 116 (e não R\$10.540,00, como erroneamente constou da inicial, por mero erro de cálculo).

Não se pode presumir a má-fé do autor, e a desídia da parte ré leva ao presente desfecho.

No tocante aos danos morais, tenho que o autor passou por problemas vinculados à atual vida em sociedade que, por mais que sejam relevantes, não podem ensejar à reparação pretendida. Todos devem aprender a suportar contratempos, somente sendo indenizáveis aqueles de relevo extremo, o que não é o caso.

Assim, julgo parcialmente procedentes os pedidos iniciais para determinar a devolução das quantias listadas às fls. 115/116 (total de R\$10.550,00), com correção monetária desde cada saque, nos termos das datas referidas nas páginas citadas, assim como juros moratórios de 1% ao mês, contados da citação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Custas e despesas processuais pela instituição requerida, arcando cada parte com os honorários de seu patrono, em virtude da razoável sucumbência.

PRIC

São Carlos, 03 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**